

O crime organizado, suas escalas de ação e urgentes estratégias de enfrentamento



» DANIEL A. DE AZEVEDO
Professor de geografia política
do Departamento de Geografia
da Universidade de Brasília

A recente incursão policial no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, que culminou na morte de 121 pessoas, expõe, com brutalidade, uma ferida crônica na segurança pública brasileira. A dimensão da carnificina exige mais do que lamentações e notas de repúdio; impõe uma reflexão profunda sobre as transformações contemporâneas do fenômeno da violência e a urgência de uma nova arquitetura de combate a essa chaga nacional. É falacioso e perigoso circunscrever o fenômeno do narcotráfico apenas às “favelas do Rio de Janeiro”. Por exemplo, no passado, a literatura geográfica tendeu a definir a atuação urbana do narcotráfico como um território em rede, caracterizado por “ilhas” controladas (as favelas), cercadas pelos chamados “bairros do asfalto” (bairros formais). Contudo, o que assistimos hoje é uma perigosa mutação: o território se expandiu para uma dimensão real. Bairros vizinhos, por exemplo, antes vistos como externos à dinâmica da favela, agora convivem com a extorsão de valores mensais de “proteção” e ameaças constantes, evidenciando mudança radical do fenômeno. O grupo criminoso deixou de ser “apenas” traficante para se consolidar como uma organização criminosa de alto poder de coerção. A definição como “organização criminosa” revela que se trata de um fenômeno multiescalar, extravasa o local e se articula em dimensões nacional

e global. A identificação de mortos na operação do Alemão provenientes de outros estados, como Pará, Amazonas e Bahia, não é mera coincidência; é a prova cabal da capilaridade e da natureza inter-regional das facções. Esses grupos não respeitam fronteiras estaduais, utilizando o território nacional como malha de articulação e refúgio. A partir desta perspectiva, o governo federal emerge com um papel protagonista inadiável. A segurança pública, em sua dimensão de combate ao crime multiescalar, não pode mais ser tratada como um problema meramente estadual. É imperativo que a União assuma a liderança na desarticulação dessas facções em escala nacional, atacando as cadeias de comando, logística e financiamento que conectam territórios diversos do país, especialmente nas regiões de fronteira. Além disso, a dimensão global exige o fortalecimento de parcerias internacionais e, em situações extremas — como a ingovernabilidade do sistema penitenciário, que serve como nexus de comando e recrutamento do crime —, a consideração de auxílio direto de Estados com reconhecida atuação no tema. Contudo, a compreensão multiescalar nos força a rejeitar soluções simplistas. Assim como é falsa a afirmação que a invasão e as mortes resolveriam o problema, dizer que “apenas a inteligência” é o caminho e que o “combate direto” é ineficaz constitui, por sua vez, uma nova utopia. O crime organizado também é um fenômeno de escala local, com dinâmicas específicas no território que controlam. O geógrafo Jean Gottmann advertia que o “território é oportunidade”. Nesse caso, a organização criminosa, além da venda de drogas articulada global e nacionalmente, sobrevive e prospera pela exploração máxima do território que domina. No cotidiano do cidadão, a organização impõe

um “Estado paralelo” predador, que monopoliza a venda de serviços — gás, TV a cabo, internet — a preços abusivos, extraindo lucros da população cativa. Torturas, assassinatos e ameaças são parte do dia a dia. Nesse sentido, a retomada do território se torna condição sine qua non para combater esses grupos. Não é possível derrotar um poder que se enraíza também na exploração local apenas com ações de inteligência em escala nacional ou global. É preciso intervir diretamente nas core areas (áreas centrais), nos “cérebros de fuzil na mão” que impõem a ordem criminosa nas comunidades. Fenômeno multiescalar pressupõe estratégias multiescalares. Devemos, portanto, ter cautela para não romantizar a situação nem cair na armadilha de utopias. O problema da segurança pública no Brasil, em sua face mais grave, exige o restabelecimento da soberania do Estado sobre seus territórios. Claro e sempre importante reforçar: é responsabilidade do Estado agir com a máxima legalidade, planejamento e inteligência, para minimizar perdas, proteger os inocentes e garantir a lei; porém, retomar território significa, inevitavelmente, conflito e enfrentamento. O alto número de mortes no Alemão é um trauma que precisa ser rigorosamente investigado e punido em seus excessos. No entanto, a tragédia não pode obscurecer a necessidade de confrontar de frente o poder armado das facções. A inação, sob o pretexto da não violência, apenas condena milhões de brasileiros a viver sob o tácio de um poder criminoso que se expande a cada dia. O narcotráfico é uma guerra em múltiplas frentes. Só uma estratégia de combate igualmente complexa, que atue do local ao global, e que não se furte ao enfrentamento da força onde ela se impõe, poderá trazer alguma esperança ao Brasil.



A segurança pública na encruzilhada



» ARTHUR TRINDADE M. COSTA
Professor de sociologia da
Universidade de Brasília
e Conselheiro do Fórum
Brasileiro de Segurança Pública

Um relatório do Ministério da Justiça apontou que, em 2024, existiam 88 facções de base prisional no Brasil. Sendo que 72 delas têm atuação local como os Bala na Cara, do Rio Grande do Sul, e o Comboio do Cão, do Distrito Federal. Há 14 facções regionais que atuam em mais de dois estados como o Comando da Fronteira, a Família do Norte e os Guardiões do Estado. O relatório também aponta a existência de duas facções nacionais: o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho. Elas estão presentes em quase todos os estados e têm conexões internacionais. A presença dessas facções desafia os governos, colocando-os diante de uma encruzilhada sobre a melhor forma de enfrentá-las. O crime organizado não é um problema exclusivo do Brasil. A Colômbia viveu uma situação dramática na década de 1990, quando Cartéis dominavam parte do território de Bogotá e Medellín, além de praticarem atentados contra autoridades políticas. Para enfrentá-las, os governos municipais implantaram políticas exitosas de reforma urbana. Foi realizada também uma ampla reforma na polícia. Hoje, a situação da Colômbia está bem melhor do que há 30 anos. Soluções urbanas para retomada do controle do território já foram tentadas no Rio de Janeiro. Na década de 1990, iniciou-se a implantação do Projeto Favela-Bairro que, entre outras medidas, visava abrir avenidas que permitissem a circulação das polícias sem a necessidade de emprego

de blindados. Alguns anos mais tarde, foram criadas as Unidades de Polícia Pacificadora para fixar a presença policial nas comunidades. Apesar de promissoras, ambas iniciativas foram abandonadas por má gestão e falta de recursos. O México optou por militarizar o combate aos cartéis que assolam suas principais cidades. Em 2019, foi criada uma Guarda Nacional, cujo efetivo ultrapassa 120 mil policiais. A guarda é comandada por um general e conta com membros das Forças Armadas. Apesar do esforço inicial, o combate ao crime organizado parece estar fracassando. São inúmeras as denúncias de corrupção e de abusos envolvendo os militares. No Brasil, é pouco provável que as Forças Armadas aceitem ampliar sua participação, assumindo a linha de frente no combate ao crime organizado. O modelo de El Salvador tem sido descrito como uma solução de enfrentamento ao crime organizado. Depois de décadas convivendo com altíssimas taxas de homicídios cometidos pela Marra, em 2022, o governo de Nayib Bukele decretou regime de exceção, suspendendo o devido processo legal e a liberdade de associação. As medidas resultaram na queda significativa das taxas de homicídios, no aumento exponencial da população prisional e numa enxurrada de denúncias de torturas e arbitrariedades. No Brasil, é improvável a aprovação de medidas de exceção como as adotadas por Bukele. As pesquisas apontam que a população não está disposta a renunciar às garantias e liberdades constitucionais para combater o crime organizado. A encruzilhada brasileira aponta para duas direções. A primeira simbolizada pela ação policial realizada, semana passada, no Rio de Janeiro. Na operação, as forças policiais emboscaram e mataram mais de 120 pessoas em flagrante desacordo com o devido processo legal. Embora fosse o seu objetivo, nenhum mandado de prisão foi cumprido.

A política de enfrentamento não se restringe ao Rio de Janeiro. Em julho de 2023, a Polícia Militar de São Paulo deflagrou a Operação Escudo, na Baixada Santista, que resultou na morte de 28 pessoas. A operação foi seguida pela Operação Verão, que resultou em 56 mortes adicionais, totalizando 84 mortes nas duas ações. Há fundadas suspeitas de que tenham acontecido execuções. Apesar das suspeitas de execuções, esse tipo de enfrentamento normalmente gera dividendos eleitorais. As consequências dessa política de enfrentamento são de curto prazo. Logo, as posições na estrutura do crime serão preenchidas e o domínio territorial será retomado pelas facções. A outra direção da encruzilhada brasileira aponta para a maior integração das operações de investigação, aumentando a articulação das forças policiais com o Ministério Público, a Receita Federal, o COAF, o Ministério da Defesa, das Relações Exteriores, do Meio Ambiente, entre outros. Foi o que aconteceu nas operações Carbono Oculto e Tank, que investigaram fraudes e lavagem de dinheiro no setor de combustíveis. As operações resultaram no sequestro de mais de R\$ 2 bilhões de bens e valores. Essas operações representam uma mudança de paradigma no enfrentamento ao crime organizado, priorizando inteligência financeira, cooperação institucional e ações coordenadas em vez de confrontos armados. Para isso, é necessário estabelecer um arcabouço normativo que foment e institucionalize a cooperação. Esse tipo de iniciativa tem pouca visibilidade e não dá voto. Entretanto, seus efeitos são duradouros e têm alto impacto. Em 2026, o eleitorado brasileiro terá que decidir sobre que direção devemos tomar: enfrentamento direto ou investigação, cooperação e articulação. Decidirá se prefere as operações com muita visibilidade e resultados imediatos ou as investigações pouco visíveis e de resultados duradouros

Visto, lido e ouvido

Desde 1960
Circe Cunha (iterinal) // circecunha.dfg@adabr.com.br



Infância e desenvolvimento

Governos contemporâneos, reconhecendo a correlação inequívoca entre proteção infantil e prosperidade societal, alocam recursos crescentes para políticas públicas integradas. O Brasil destinou aproximadamente 1,8% do PIB a programas de educação infantil em 2024, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Educação. Mas ainda está distante dos 6% recomendados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para garantir acesso universal a creches e pré-escolas de qualidade, meta que, se alcançada, poderia reduzir em 15% as desigualdades de aprendizado até o ensino fundamental, conforme projeções do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em seu Human Development Report de 2023. Nesse ambiente metropolitano cada vez mais desconectado dos ritmos naturais e das interações espontâneas com o meio ambiente, o relatório da Unicef Urban Child de 2023 revela que 68% das crianças em megacidades passam menos de uma hora diária em atividades ao ar livre, comparado a 85% nas áreas rurais, contribuindo para uma prevalência de obesidade infantil que atingiu 38 milhões de casos globais em 2022 segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), enquanto o confinamento em espaços virtuais restringe o brincar lúdico a telas, com crianças de países de renda média dedicando em média 3,2 horas diárias a dispositivos eletrônicos até os sete anos de idade, conforme o estudo da Global Kids Online da London School of Economics de 2024. Para segmentos socioeconomicamente vulneráveis, a abreviação da infância assume contornos ainda mais dramáticos, com 72 milhões de crianças envolvidas em trabalho perigoso em 2021 de acordo com a OIT, incluindo 29 milhões em atividades que comprometem diretamente o desenvolvimento físico e mental. A situação é observável em centros urbanos brasileiros, onde, segundo o IBGE PNAD Contínua de 2023, aproximadamente 1,7 milhão de menores entre cinco e 17 anos exercem alguma forma de ocupação remunerada. Muitas vezes, em condições que violam convenções internacionais e perpetuam ciclos intergeracionais de pobreza com uma probabilidade 45% maior de abandono escolar precoce. A neuroplasticidade cerebral característica dos primeiros anos, período em que o cérebro pode formar até um milhão de novas sinapses por segundo, como destacado pela Unicef em seu Early Moments Matter de 2023, torna imperativa a oferta de estímulos multis sensoriais e relacionais de qualidade, pois privações nesse estágio reduzem em até 20% o volume do hipocampo em adultos, estrutura associada à memória e regulação emocional, conforme meta-análises publicadas na revista Nature Neuroscience em 2024, evidenciando que intervenções como programas de visitação domiciliar para famílias de baixa renda podem elevar o QI médio em sete pontos e diminuir em 30% os comportamentos antisocial na adolescência. Pesquisadores que investigam as raízes da criminalidade e da violência social, compilando dados de coortes longitudinais em mais de 50 países pelo Instituto de Criminologia da Universidade de Cambridge em seu World Crime Trends de 2024, demonstram que indivíduos submetidos a infâncias marcadas por negligência ou abuso apresentam taxas de encarceramento 2,5 vezes superiores à média populacional. Enquanto isso investimentos em educação infantil universal reduzem em 12% os índices de criminalidade juvenil a longo prazo, conforme avaliações de impacto do programa Head Start nos Estados Unidos que acompanha beneficiários desde 1965. A felicidade humana, perseguida com intensidade ao longo da existência adulta, encontra suas fundações mais sólidas nas memórias afetivas da infância, com o Gallup World Poll de 2025 indicando que 72% dos adultos que relatam altos níveis de bem-estar subjetivo associam essa condição a experiências de brincadeira livre e segurança emocional nos primeiros 10 anos de vida. O contraste se aprofunda em sociedades, onde o tempo infantil é commoditizado, com crianças de classes médias urbanas dedicando até 15 horas semanais a atividades estruturadas, segundo o *American Journal of Play* em 2024, reduzindo o espaço para a imaginação espontânea que neurocientistas da Universidade de Yale identificam como precursora da criatividade inovadora em 65% dos casos estudados. Outrora, valorizado como a mais preciosa riqueza, o tempo descompromissado da infância, que se estendia em dias aparentemente infinitos e noites repletas de possibilidades, é agora quantificado pelo Relatório Tempo e Sociedade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2023 como o recurso mais escasso nas famílias urbanas brasileiras, pois desempregados passam em média apenas 34 minutos diários em interações de qualidade com filhos menores de seis anos, contribuindo para uma geração que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE de 2024, apresenta taxas de ansiedade 40% superiores às registradas na década de 1990 entre adolescentes de 12 a 17 anos. A redescoberta desse tesouro perdido, abandonado nas veredas floridas que conduziam à maturidade acelerada, emerge como imperativo civilizatório à medida que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em seu relatório especial Childhood in the Anthropocene de 2025 projeta que, sem reversão das tendências atuais de compressão temporal infantil, até 2030 cerca de 250 milhões de crianças sofrerão déficits de desenvolvimento cognitivo devido a estresse crônico e falta de brincadeira livre, demandando uma reconfiguração societal que priorize o tempo não estruturado como direito fundamental e motor de progresso humano sustentável.

» **A frase que foi pronunciada**
“Criar é tão difícil ou tão fácil como viver. E é do mesmo modo necessário.”
Fayga Ostrower

» **História de Brasília**
O regime parlamentarista trouxe, também, alteração no sistema escolar. No Colégio D. Bosco, de Brasília, os alunos estão organizados de maneira parlamentarista, e o Primeiro Ano B, já elegeu o seu presidente e o Conselho. (Publicada em 11/5/1962)